

## CAPÍTULO XII

### **Autoritarismo, Crise e Legitimação**

O modelo político do subdesenvolvimento industrializado é eminentemente autoritário e, portanto, antidemocrático. O autoritarismo não deriva, entretanto, do “caudilhismo tradicional” latino-americano, ou de qualquer interpretação modernizante muito a gosto de cientistas políticos dos países centrais, que procuram relacionar grau de desenvolvimento do país com a democracia. Se não vale a pena discutir esta hipótese, dadas suas óbvias limitações, muito menos é o caso de debater aqui a ideologia anglo-saxã sobre a “falta de espírito democrático” dos povos latinos, africanos ou asiáticos. Não devemos confundir o fato histórico de que o Estado Liberal e a democracia burguesa nasceram com a revolução industrial ocorrida na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, com ideologias destinadas a legitimar formas de organização econômica e de dominação cultural. Tanto a identificação de desenvolvimento com capitalismo, e deste com democracia, quanto a afirmação da falta de espírito democrático dos povos periféricos são manifestações ideológicas da supremacia do capitalismo central.

Na realidade, o autoritarismo do subdesenvolvimento industrializado tem duas condicionantes básicas: de um lado temos a disparidade de forças entre as classes dominantes e a classe trabalhadora; de outro, temos o caráter eminentemente autoritário do desenvolvimentismo tecnoburocrático.

A disparidade de forças entre a classe trabalhadora e as classes do-

minantes é transparente. Um padrão de repartição de renda altamente concentrador, herdado já do modelo primário-exportador, não apenas mantém a maioria da população dos países periféricos em condições econômicas de estrita sobrevivência, mas também a conserva, senão analfabeta, apenas com conhecimentos rudimentares da língua e da aritmética. É óbvio que é difícil arregimentar populações nessas condições para uma ação política reivindicatória ou afirmativa de seus direitos. Isto não significa que seja impossível. Já houve exemplos de mobilização política das massas latino-americanas. Mas apenas em momentos históricos excepcionais. Em geral a atitude política dos trabalhadores nos países periféricos é de passividade, na medida em que a falta de condições econômicas e culturais mínimas se alia à repressão das classes dominantes.

Nestas circunstâncias, é evidente que para as elites dirigentes, economicamente poderosas, cultas e armadas, é relativamente fácil ou pelo menos muito tentador caminhar em direção ao autoritarismo. Quando a disparidade de forças entre dominados e dominantes é muito grande, é difícil imaginar um relacionamento entre os dois grupos que não seja autoritário.

O caráter autoritário do desenvolvimentismo tecnoburocrático, por sua vez, deriva da própria natureza da burocracia. Sua tendência é sempre a de transpor o princípio da autoridade hierárquica, de cima para baixo, vigente nas organizações burocráticas para o sistema político. Se o modelo hierárquico é considerado mais eficiente nas organizações burocráticas, deverá também ser mais eficiente e, portanto, mais condizente com os objetivos de desenvolvimento econômico na administração da sociedade como um todo. Da mesma forma que ocorre nas grandes organizações burocráticas empresariais modernas, a tecnoburocracia estatal, que também é moderna e modernizante, acredita em participação dos subordinados na administração e em descentralização de decisões, mas sempre nos marcos de um sistema em que a autoridade do Estado e, portanto, dela própria, seja indiscutível.

Para o tecnoburocrata é muito difícil distinguir o modelo de organização burocrática, em que está acostumado a operar, da sociedade como um todo. Também lhe é difícil distinguir o Estado da sociedade civil. O Estado, para ele, engloba tudo. Não é uma organização burocrática especial dentro da sociedade, mas identifica-se com a sociedade. Daí para concluir pela superioridade do sistema político autoritário é um passo. Ou melhor, esse passo já está dado.

Este autoritarismo desenvolvimentista parece comprovar sua validade à medida que o sistema econômico cresce, garantindo uma apropria-

ção crescente do excedente para capitalistas e tecnoburocratas, em forma de lucros e ordenados. Entretanto, como não há na verdade uma correlação efetiva, comprovada empiricamente, entre autoritarismo e desenvolvimento, chega um momento em que o sistema econômico entra em crise cíclica. Seria esta a hora de abandonar o autoritarismo, dada a verificação de que não garante o desenvolvimento... Mas é exatamente nesse momento que muitas vezes se exacerba o autoritarismo a fim de manter sob controle a crise não apenas econômica mas também política.

### **Desaceleração e Crise Política<sup>58</sup>**

Crescimento acelerado da renda, razoável estabilidade política e autoritarismo aparecem geralmente conjugados nas economias periféricas caracterizadas pelo subdesenvolvimento industrializado. Os tecnoburocratas civis e militares que controlam diretamente os órgãos do Estado, associados aos capitalistas locais e às empresas multinacionais, estabelecem nessas economias uma forma de dominação que tende a garantir taxas relativamente elevadas de crescimento econômico, associadas a um relativo grau de estabilidade política, nos quadros de um seguro sistema autoritário.

Entretanto, uma série de fatores pode levar esse tipo de sociedade a uma desaceleração de sua taxa de crescimento. Por um lado, ainda que a intervenção econômica do Estado seja grande, o ciclo econômico não foi abolido nestas formações sociais capitalistas-tecnoburocráticas. Por outro lado, o caráter dependente desse tipo de economia torna-a profundamente vulnerável aos movimentos cíclicos do centro capitalista.

Quando um processo de desaceleração tem lugar em uma economia desse tipo, ainda que as taxas de crescimento permaneçam positivas, ainda que se configure uma simples recessão econômica e não uma depressão, a tendência do sistema político é para a crise, e a válvula para a crise é o aumento do autoritarismo e da repressão. A crise política ocorre principalmente ao nível da cúpula dirigente. Os grupos marginalizados econômica e/ou politicamente desse tipo de sistema não são atores da crise política, mas acabam sendo suas maiores vítimas. Em uma formação social tecnoburocrático-capitalista deste tipo, o planejamento e a política econômica estatal substituíram, em parte, os mecanismos de mercado na apropriação e divisão do excedente, ou seja, da renda nacional que

<sup>58</sup> Este subcapítulo foi publicado na *Folha de São Paulo*, em 4 de janeiro de 1976, sob o título de "Política Econômica e Desaceleração."

excede o consumo necessário dos trabalhadores. Este fato vai tornar esta formação social tecnoburocrático-capitalista dependente mais sujeita ao autoritarismo e muito mais sensível politicamente a processos de desaceleração econômica.

A desaceleração não precisa ser necessariamente uma depressão. A renda por habitante pode continuar a crescer, ainda que muito mais moderadamente. O desemprego pode aumentar, mas ainda permanecer dentro dos amplos limites "toleráveis" que caracterizam este tipo de modelo político, em que o poder político e econômico dos trabalhadores é mínimo.

Esta desaceleração da atividade econômica pode ser considerada relativamente normal, no plano econômico, exigindo apenas que se revisem os planos, que se apertem os cintos, que se alterem certas escalas de prioridade, para que a economia volte a crescer em ritmo normal, mais baixo. Não mais a 10 por cento ao ano, como aconteceu com o Brasil entre 1968 e 1974, por exemplo, mas a 5 ou 6 por cento.

Entretanto, o plano político e o plano econômico estão, nesta formação social, intimamente ligados. A redução da taxa de crescimento não se resolve tão facilmente no plano político. Pelo contrário, provoca crise, cria desassossego nos setores governamentais e nos setores empresariais, possibilita o surgimento de divergências nos setores dominantes, as quais afinal tendem a se resolver não pela solução desses conflitos, mas por um aumento desordenado das atividades repressivas sobre estudantes, intelectuais, trabalhadores, ou seja, os grupos que neste modelo permanecem marginalizados. O espectro do comunismo surge novamente, ainda que o próprio comunismo soviético, que provavelmente é o único relativamente organizado, venha perdendo cada vez mais cunho revolucionário na medida em que depende de uma superpotência nacionalista e conservadora, dominada por uma tecnoburocracia totalitária, como é o caso da União Soviética. Nestes termos, através de um típico processo de transferência de objeto de agressão, os grupos políticos marginalizados, cuja possibilidade de ação efetiva é geralmente muito pequena, tornam-se as vítimas dos conflitos que ocorrem ao nível da cúpula do sistema.<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Embora estejamos pretendendo um nível de generalização mais amplo, o caso exemplar de desaceleração e crise no contexto de um regime autoritário é dado pelo Brasil em 1975.

## A Divisão do Excedente

Por que não é preciso a depressão econômica, a queda no produto, o aumento violento do desemprego, mas a simples desaceleração da taxa de crescimento da renda para que o sistema político entre em crise? Há várias razões para este fenômeno.

Em primeiro lugar, temos o problema central da divisão do excedente. Não estamos em um modelo capitalista clássico, em que a apropriação e divisão do excedente, ou seja, da mais-valia, entre os capitalistas se realizam basicamente através das leis do mercado. Mesmo aí, essas regras não funcionam com perfeição, na medida em que o grau de monopólio obtido por alguns competidores garante-lhes uma parcela mais que proporcional do excedente. Mas os desvios não são tão grandes a pôr em risco o sistema. Já no modelo capitalista-tecnoburocrático que estamos estudando o mercado tem pouca importância para a divisão do excedente. Este passa antes pela intermediação do Estado, de um Estado extremamente poderoso, que controla o crédito, distribui subsídios, autoriza ou não investimentos, define salários e ordenados, taxa lucros.

Assim, o modo de divisão de excedente entre os grupos dominantes — capitalistas locais, empresas multinacionais e tecnoburocratas —, e dentro de cada um desses grupos, deixa de ser determinado em termos econômicos para ser definido em termos políticos. Não é a oferta e a procura, não são os custos e os preços, a produtividade e a capacidade de especular, nem mesmo o grau de monopólio que determinam primeiramente a divisão do excedente. Em seu lugar, e como primeiro intermediário, temos o puro e simples poder político. Só a partir da divisão básica realizada ao nível político é que os demais instrumentos alocativos de mercado podem funcionar.

Ora, quando este processo de divisão de excedente ao nível dos grupos dominantes deixa de ser principalmente econômico para ser principalmente político, deixa de depender em primeira instância do mercado para depender do poder, o processo de divisão torna-se muito difícil. Não há regras claras. Não há justificativas plenamente legítimas. Há apenas pressões e contrapressões, baseadas sempre em argumentos discutíveis em tentativas de legitimação sempre sujeitas a contestação.

Entretanto, quando a economia está crescendo a altas taxas, como o excedente cresce muito rapidamente, é relativamente mais fácil distribuir esse excedente. Quando todos estão ganhando — excluídos sempre os trabalhadores — não importa que em determinados momentos uns ganhem mais do que outros. Capitalistas locais, tecnoburocratas e empresas

multinacionais estão associados em um projeto geral, estão também muitas vezes associados ao nível da produção, e acabam entendendo-se.

Quando a economia se desacelera, porém, é o excedente que principalmente sofre. Os salários dos trabalhadores não podem sofrer muito porque já estão ao nível de subsistência. São os lucros e os ordenados que diminuem. Colocam-se então as questões: diminuirão mais os lucros ou ordenados? Lucros dos capitalistas locais ou das empresas multinacionais? E os novos projetos de investimento, que exigem amplos financiamentos, e que devem agora ser reescaloados, a quem caberá realizá-los? Quais são as novas prioridades? Quem deve apertar os cintos?<sup>60</sup>

A situação agrava-se ainda mais se os tecnoburocratas, que possuem o controle direto do aparelho do Estado, decidem que o aperto de cintos não deve ser feito através do método clássico de reduzir salários. Seja porque os salários já chegaram a um limite insustentável, seja porque a insatisfação generalizada da população começa a se manifestar através de eleições ou de outros movimentos populares não diretamente políticos, os tecnoburocratas governamentais podem, no momento em que a economia se desacelera, não tentar reduzir ainda mais os salários.<sup>61</sup> Têm para isto inclusive uma justificativa econômica: a necessidade de sustentação da demanda agregada.

Neste momento, quando o excedente diminuiu relativamente, quando não é possível recorrer a maiores reduções dos salários, quando a taxa de lucros e a taxa de ordenados sofrem reduções, e ao mesmo tempo quando as novas oportunidades de investimentos se identificam com os novos e escassos projetos que dependem da decisão política do Estado, define-se a crise política ao nível da cúpula dirigente. Obviamente, essa crise não vai manifestar-se abertamente através dos conflitos sobre a divisão do excedente. Mas sem recorrermos a esta causa básica, não teremos condições de compreender o aumento das tensões políticas que acompanham o processo de desaceleração econômica.

<sup>60</sup> A luta contra a estatização, que se desenvolveu no Brasil durante 1975, tem como causa básica um tipo de conflito dessa natureza, exatamente quando a taxa de crescimento da economia se desacelerava. Ver Luiz C. Bresser Pereira, "Estatização ou Redefinição do Modelo Político?", EAESP, 1975, São Paulo, mimeo.

<sup>61</sup> No Brasil, a derrota do Governo nas eleições de novembro de 1974 e as depreciações dos trens de subúrbios cariocas em 1975 são exemplos significativos. Como decorrência a tecnoburocracia governamental modificou a política salarial. Os níveis salariais mais baixos deixaram de ser reduzidos em termos reais e tiveram mesmo uma pequena elevação.

## **Autoritarismo e Legitimação**

Em segundo lugar, a desaceleração econômica provoca a crise política porque ela põe em jogo toda a própria legitimação do sistema de poder vigente. O que legitima o poder autoritário que caracteriza o modelo de subdesenvolvimento industrializado são as altas taxas de crescimento do produto interno bruto, é o “desenvolvimento econômico” transformado em monstro sagrado, em mito de uma tecnoburocracia em ascensão.

O autoritarismo do subdesenvolvimento industrializado não depende, senão secundariamente, de tradições autoritárias nos países subdesenvolvidos, como pretendem os culturalistas. Não é também simples decorrência das desigualdades econômicas e sociais, como uma visão economista própria. O autoritarismo é fundamentalmente decorrente da necessidade dos grupos dominantes de estabelecer um marco institucional que lhes permita a apropriação tranqüila do excedente.

Em uma formação social capitalista pura a apropriação e a divisão do excedente econômico são feitas através do mercado. Por isso esse sistema tem condições de estabelecer a democracia burguesa, a qual, ainda que formal, reduz o nível de autoritarismo vigente. A apropriação do excedente está apoiada em uma violência básica — o trabalho é identificado com as demais mercadorias e transformado em trabalho assalariado. A partir deste ato autoritário básico, porém, o sistema capitalista clássico estabelece uma forma de produção, apropriação por uma minoria e divisão entre ela do excedente que não necessita mais recorrer diretamente à força. Quando, entretanto, a formação social deixa de ser puramente capitalista, quando a emergência de uma classe tecnoburocrática e o concomitante crescimento do Estado fazem com que o mercado vá sendo substituído pelo próprio Estado na regulamentação da apropriação e divisão do excedente — nesse momento é de se esperar que o autoritarismo ganhe força. É o que vem ocorrendo nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado.

A fonte material do autoritarismo tecnoburocrático está portanto na necessidade de apropriação política do excedente por uma minoria. Entretanto, este autoritarismo necessita de uma legitimação ideológica. Esta legitimação é, em geral, proposta em termos de combate à corrupção e de aceleração da taxa de crescimento de desenvolvimento econômico. O tecnoburocrata assume o poder nas organizações burocráticas estatais ou privadas em nome de uma pressuposição de competência técnica. Ele tem poder porque é eficiente, porque organiza, planeja e controla a produção mais racionalmente. Porque introduz inovações técnicas mais rapi-

damente. Porque comanda a acumulação de capital mais tecnicamente. Porque garante uma maior taxa de crescimento de cada empresa e do país como um todo. A estas pressuposições, junta-se a de que o tecnoburocrata odeia a corrupção própria do capitalismo especulador, e a combate sem tréguas.

Nestes termos, quando a taxa de crescimento da economia se desacelera, a legitimação do poder autoritário começa a esvaziar-se. Se a este fato soma-se um aumento significativo da taxa de corrupção existente no sistema, é óbvio que a crise política ganha todos os seus contornos. Os tecnoburocratas civis e militares já não têm uma justificativa tranqüila para seu poder autoritário. Os capitalistas já não têm uma explicação tão boa para seus altos padrões de consumo. E é preciso encontrar causas para a desaceleração ou descobrir os culpados. É necessário rever políticas, redefinir estratégias. Importa recuperar a legitimação perdida. E tudo isto importa em um aumento dos conflitos e das tensões no seio do sistema dirigente. Agrava-se a crise deflagrada pela luta pela divisão do excedente econômico.

Em conclusão, desaceleração econômica, crise política e autoritarismo são fenômenos interdependentes no modelo tecnoburocrático-capitalista de subdesenvolvimento industrializado. O sistema capitalista clássico tem condições de manter uma relativa estabilidade política em condições de baixas taxas de crescimento econômico, enquanto a apropriação do excedente e a sua divisão entre os membros da classe dominante são feitas principalmente através dos mecanismos automáticos do mercado. Já na formação tecnoburocrático-capitalista dependente, em que o excedente deve ser distribuído entre tecnoburocratas, capitalistas locais e empresas multinacionais, de acordo com regras definidas em termos de poder político direto, a compatibilização de baixas taxas de crescimento com estabilidade política é mais difícil. O autoritarismo, que permite a uns grupos dominantes apropriar-se do excedente, não fornece regras sobre como distribuí-lo. Se ele fosse crescente, a taxas elevadas, estes problemas poderiam ser minimizados. Mas quando a desaceleração é pronunciada, quando o excedente pode chegar a parar de crescer em termos por habitante, não é preciso que haja uma diminuição do excedente e um amplo desemprego, não é preciso que a recessão se transforme em depressão para que a crise política se manifeste, para que a inquietação nos níveis superiores do Governo, das classes empresariais e do capitalismo internacional aumente consideravelmente.

O sonho tecnoburocrático de uma administração econômica e política da sociedade acima das classes acaba com a desaceleração. Ou me-

lhor, ganha plenamente seu caráter ideológico. A própria condição de classe de tecnoburocracia, disputando com as demais classes e grupos sociais o excedente, torna-se mais clara. A desaceleração não representa, entretanto, o fim do sistema. A crise política poderá ser resolvida, desde que se retome o ritmo de crescimento da economia ou que o sistema se acomode a um ritmo de crescimento mais baixo. E não há nenhuma razão para se imaginar que isto não aconteça, que o modelo de subdesenvolvimento industrializado não volte a equilibrar-se. Em qualquer hipótese, reequilibre-se ou não o modelo, enquanto houver oferta ilimitada de mão-de-obra, enquanto os trabalhadores não tiverem um mínimo poder de barganha e organização sindical, eles tenderão a permanecer marginalizados. As lutas, no caso de persistir a crise política, ocorrerão principalmente ao nível das classes dominantes. E o aumento da repressão será muito mais um deslocamento do problema em face à perda de legitimação do sistema dominante, será muito mais uma caça às feiticeiras, do que um efetivo mecanismo de estabilização política do regime. Esta terá que ser encontrada na cúpula do sistema e não na sua base, na medida em que esta permanece ainda fundamentalmente marginalizada do processo político. Uma outra solução será caminhar no sentido de uma efetiva liberalização política, na medida em que o autoritarismo perde legitimidade na própria cúpula do sistema. Mas este é um outro sonho.

O autoritarismo tecnoburocrático-capitalista deriva, portanto, do desequilíbrio de forças entre as classes dominantes e os trabalhadores, da pressuposição da existência de uma estreita correlação entre autoritarismo e desenvolvimento e, finalmente, do fato de que a apropriação do excedente, neste tipo de formação social, deixa de ser feita precipuamente através do mercado, pela troca de valores equivalentes e a obtenção da mais-valia, e passa (ou volta) a ser realizada principalmente através do controle do Estado, que estabelece os salários dos trabalhadores e os ordenados dos tecnoburocratas, que distribui subsídios e isenções sob as mais diversas formas para os capitalistas, que orienta o consumo social no interesse das classes dominantes. Um Estado que detém tal soma de poderes não pode ser submetido, do ponto de vista das classes dominantes, aos riscos da democracia, apesar de todas as garantias que o sistema democrático dos países centrais oferece ao domínio da burguesia.

### A Legitimação do Estado

O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente, embora autoritário em diversos graus, precisa legitimação. Deve legitimar-se em primei-

ro lugar perante as próprias classes dominantes que sua elite dirigente representa e em seguida perante os trabalhadores.

A legitimação perante a própria tecnoburocracia é a mais fácil. Basta que os ordenados estejam crescendo adequadamente, que haja ordem e segurança, e que o crescimento do “poder nacional” seja visível para a tecnoburocracia nada ter a objetar aos seus líderes. A legitimação perante a burguesia, por sua vez, também não seria difícil, na medida em que seus lucros estivessem crescendo e ela se sentisse continuamente ameaçada pela subversão.

É preciso, entretanto, lembrar que o protesto contra os regimes autoritários surge na maioria das vezes dos estratos médios da sociedade, que são exatamente formados por elementos provenientes da tecnoburocracia estatal e privada e da pequena e média burguesia. A origem social de intelectuais,<sup>62</sup> estudantes, jornalistas, religiosos, artistas é em geral pequeno-burguesa ou tecnoburocrática; secundariamente é trabalhadora. Esta é uma indicação de que a legitimação do sistema autoritário perante os estratos médios das próprias classes dominantes é problemática. Os valores do liberalismo político, embora tenham tido sua origem classista fartamente analisada e denunciada, transformaram-se em valores universais. Transcendem a mera ideologia burguesa dos séculos XVIII e XIX, e fazem hoje parte da formação cultural de todas as classes no mundo moderno, inclusive as classes dominantes. Quando os seus interesses econômicos e políticos entram em conflito com seus valores democráticos, como geralmente ocorre na formação social que estamos estudando, tende a se desenvolver uma série de contradições no seio do sistema ideológico dominante. Os ideólogos oficiais são então obrigados a uma série de acrobacias a fim de dar alguma coerência ao sistema e disfarçar suas contradições. Redefine-se infinitas vezes a democracia. Afirma-se que em sua defesa é preciso preservar a autoridade. Justifica-se o autoritarismo vigente com a ameaça do totalitarismo comunista. Criam-se fantasmas. Aceita-se a teoria da falta de tradições democráticas dos povos periféricos, para em seguida propor-se uma transição “lenta” para a democracia. Mas o fôlego de todos esses malabarismos é curto. A contradição permanece. E a legitimidade do regime, no próprio seio das classes dominantes, é precária, no que diz respeito a seu aspecto autoritário.

<sup>62</sup> Observe-se que estamos sempre usando a expressão intelectuais em seu sentido restrito, como produtores de cultura erudita, de ciência e de ideologia conservadora ou revolucionária, e não no sentido amplo, que identifica os intelectuais com os trabalhadores não-manuais, incluindo, portanto, os tecnoburocratas.

Por outro lado, na medida em que a cultura dos países periféricos tem freqüentemente caráter mimético, procurando reproduzir os padrões culturais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, não é difícil imaginar que a influência dos valores liberais veiculados nessas sociedades tenha um efeito altamente negativo para a tentativa de legitimação de regimes autoritários. Os Estados Unidos fornecem, geralmente, apoio econômico e militar aos regimes autoritários de direita, na medida em que estes se disponham a manter o sistema capitalista e preservar os direitos das multinacionais. Em contrapartida, muitos de seus intelectuais, congressistas e sua imprensa criticam freqüentemente os governos autoritários. E internamente pregam a democracia. Este fato levou Juan Linz a observar que “isto introduz ambivalência porque os líderes do regime autoritário freqüentemente sentem-se compelidos a prestar homenagem aos procedimentos democráticos prometendo um eventual retorno às eleições livres e a instituições poliárquicas, competitivas, democráticas. Assim, como a burguesia do século XIX que Marx estava descrevendo no *Dezoto Brumário* os Estados Unidos freqüentemente criam as condições para a dominação autoritária, mas ao mesmo tempo contribuem para sua erosão moral” (1973, p. 253).

Em relação à classe tecnoburocrática, muitas vezes também chamada de nova classe média, há outro aspecto que dificulta a legitimação do Estado autoritário. Esta classe ascendente, embora altamente beneficiária do subdesenvolvimento industrializado, tem grande dificuldade em se comprometer politicamente com a elite dirigente estatal. Não importa que na própria elite dirigente estatal existam muitos representantes seus — militares e civis que ocupam as primeiras posições no Estado — reduzindo-se cada vez mais o número de representantes da média e alta burguesia nesses mesmos postos. Os tecnoburocratas são de difícil mobilização política. Sua ideologia efficientista e desenvolvimentista os leva a desprezar a política e a julgar-se politicamente neutros. Obviamente não o são. Mas também não são a base ideal para a legitimação política do Estado autoritário que estamos examinando, especialmente quando no plano econômico esse Estado deixa de apresentar os índices de eficiência desejados pelos tecnoburocratas.

A legitimação do autoritarismo no Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente é, portanto, problemática ao nível das próprias classes dominantes. Não chega, no entanto, a tornar inviável este autoritarismo. Apenas o enfraquece, impedindo que se transforme em um sistema totalitário; inviável nesse modelo em primeiro lugar porque as suas próprias elites não estão ideologicamente preparadas para aceitá-lo.

Já em relação à legitimação do Estado autoritário perante os trabalhadores, são outros os problemas que se apresentam. A legitimação perante as massas só é viável mediante um sistema de mobilização popular. Ora, conforme observa Fernando Henrique Cardoso, "sob a égide de uma tecnoburocracia pública e privada (das corporações internacionais) o Estado e a sociedade mobilizam-se para objetivos econômicos dados, ganham certa eficiência, mas até agora se têm despreocupado com a arregimentação das massas" (1972, p. 45).

Na verdade, as tecnoburocracias efficientistas não têm, em princípio, capacidade de mobilização popular. Pelo contrário, são eminentemente desmobilizantes. Sua estratégia de poder é antes desmobilizar, provocar a apatia e o desinteresse popular pela política, do que mobilizar. Sem dúvida fazem tentativas mobilizantes porque a legitimidade política final de qualquer regime no século XX depende do apoio popular. Mas logo percebem que sua caminhada tem fôlego curto. Que o padrão de acumulação adotado, baseado na manutenção dos salários ao nível de subsistência, é incompatível com um efetivo processo de mobilização popular.

Os grandes processos de mobilização popular autoritária, que ocorreram em certos regimes populistas, ou de mobilização totalitária, como aconteceu com o fascismo e o estalinismo, foram acompanhados de elevação real dos salários. Este aumento era naturalmente ampliado por mensagens demagógicas, de caráter nacionalista. Identificava-se, por outro lado, sempre um inimigo: a oligarquia, o imperialismo, o comunismo, o capitalismo.

O Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente, entretanto, em primeiro lugar não possui inimigos tão ameaçadores. O anticomunismo é sem dúvida uma arma ideológica, mas de curto alcance perante os trabalhadores. Estes não são nem comunistas nem anticomunistas. Só são efetivamente mobilizáveis quando obtêm ganhos salariais. Nesse momento teses nacionalistas e desenvolvimentistas podem sensibilizar os trabalhadores.

O anticomunismo é uma tese legitimadora que sensibiliza os próprios burgueses e tecnoburocratas. Mas também, nesse caso, na medida em que a real ameaça comunista nos países periféricos caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado é muito relativo, este tipo de legitimação é pouco efetivo. Em certos casos, como no Brasil em 1964, a tese anticomunista ganhou certos foros de credibilidade e transformou-se em uma arma efetiva para legitimar o novo Estado que então se constituiu, ao mesmo tempo que se verificara uma radicalização por parte das es-

querdas. Mas depois de alguns anos foi ficando patente que essa alternativa política era muito mais uma criação do novo bloco histórico que então se formava do que uma realidade. Em geral, nos países caracterizados pelo subdesenvolvimento industrializado, as alternativas políticas reais ao Estado Tecnoburocrático-capitalista Dependente e autoritário que estamos examinando são ou uma volta a um tipo qualquer de populismo ou o estabelecimento de um socialismo democrático do tipo tentado por Allende no Chile. A alternativa comunista é mais real em países economicamente mais atrasados, onde ainda não se constituiu um setor privado poderoso. É o caso de muitos países africanos, e foi o caso de Cuba. Mas neste caso somaram-se ao subdesenvolvimento cubano e à total alienação das oligarquias locais (já que não se podia falar naquele país em uma burguesia industrial e muito menos em uma tecnoburocracia antes da revolução de 1959) uma extraordinária inabilidade e falta de visão do governo norte-americano. Em países como o Brasil, o México, a Argentina, o Peru, a Índia, o Irã, as Filipinas, o estabelecimento de um regime de caráter comunista estalinista é uma alternativa longínqua. A legitimação do Estado na base do anticomunismo torna-se assim extremamente débil mesmo perante a tecnoburocracia e a burguesia. Mais efetiva para estas classes e principalmente para a tecnoburocracia é a legitimação baseada na modernização econômica e em altas taxas de crescimento econômico. Entretanto, quando estas altas taxas deixam de ocorrer, já vimos que o modelo político torna-se imediatamente muito vulnerável.

Examinando o problema da legitimidade do regime instalado no Brasil após 1964, Celso Lafer afirma a existência de um processo de legitimação negativa, baseado na ameaça do caos, do comunismo e da corrupção, e outro de caráter positivo, apoiado na racionalidade da administração econômica (1975, p. 74). A debilidade dessas duas formas de legitimação, que de fato caracterizam o modelo político brasileiro, deve ter ficado clara pela análise anterior. Nem para as próprias classes dominantes elas são satisfatórias e evidentemente não atendem às necessidades dos trabalhadores. Este fato demonstrou-se nas eleições de 1974, em que o partido da oposição, desorganizado e reprimido, obteve uma enorme vitória nas eleições senatoriais, à medida que uma certa liberalização do regime lhe permitiu veicular sua mensagem de protesto pelos meios de comunicação de massa.

Interessou-nos neste capítulo examinar o problema da legitimação do Estado autoritário do subdesenvolvimento industrializado a partir da perspectiva das classes e grupos sociais. A legitimação de um Estado,

principalmente, perante a própria sociedade civil, ou seja, perante as classes que participam do bloco histórico dominante, é essencial para a estabilidade da elite dirigente no poder e portanto para a estabilidade do próprio Estado. Fica claro, através desta análise, que a debilidade política do Estado Tecnoburocrático-capitalista autoritário que estamos examinando deriva diretamente da sua falta de um sistema de legitimação adequado. A força desse Estado está baseada no fato de ser ele ao mesmo tempo o resultado e a condicionante básica do subdesenvolvimento industrializado. Baseia-se também na aliança entre a burguesia local, a tecnoburocracia estatal e o capitalismo monopolista internacional, a qual serve de instrumento para um padrão de acumulação dependente, perfeitamente inserido no sistema mais amplo de acumulação do capitalismo central. Sua fraqueza fundamental está relacionada com as contradições do seu próprio sistema de legitimação que o tornam vulnerável, principalmente nos momentos de desaceleração econômica.